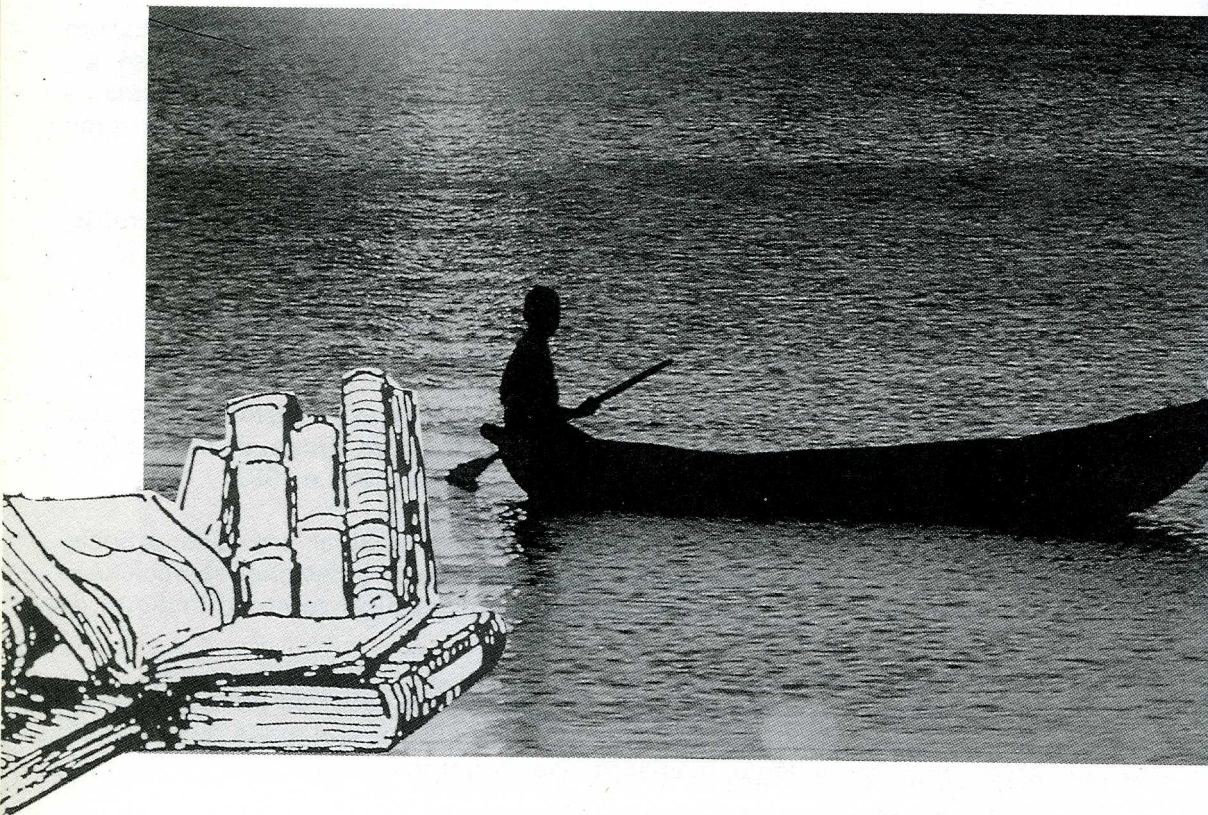


Leopoldo Amado (*)

A Literatura Colonial Guineense

INTRODUÇÃO



Antes de mais, gostaria de saudar os presentes a este importante colóquio, desejando que este encontro de estudiosos venha a contribuir para o enriquecimento da cultura africana em geral e angolana em particular. De igual modo, também gostaria de agradecer ao secretário da organização o convite que me endereçou, na certeza porém de que a minha modesta comunicação possa de algum modo contribuir para a consecução de objectivos previamente traçados e para o conhecimento da Literatura Colonial em geral e, neste caso, mais especificamente, a da ex-Guiné Portugue-

* Bolseiro do ICALP

sa, actual Guiné-Bissau. A leitura da produção literária-colonial de Fernanda de Castro (1) e a consequente publicação de alguns artigos a ela relacionados no «Angolê — Artes e Letras» (2), sugeriu-me o desejo de elaboração de um estudo sobre a Literatura Colonial especificamente sobre a Guiné, estudo esse que viria a ser integrado futuramente em obra mais ampla, a realizar acerca da Literatura Colonial de todas as ex-colónias portuguesas em África. Porém, tal auto-proposta afigurou-se-me ambiciosa à partida, pelo que o que aqui vos apresento é apenas uma síntese da Literatura Colonial da Guiné, país donde sou originário e sobre o qual, obviamente, conheço melhor os poisos. Trata-se, que nós saibamos, de uma das primeiras tentativas do género, o que de *per si* não me desmotivou, não obstante saber de antemão os riscos que ia correr, conquanto que possa esta comunicação contribuir sem chauvinismos para que se possa começar a honrar a debruçar sobre temas como este, com a serenidade isenta de ressentimentos, ou melhor, com a naturalidade histórica que a convivência de séculos ocasiona e irá certamente continuar. Foi apesar disso, e por isso mesmo, que intitulei esta comunicação de «Literatura Colonial Guineense»

Seguindo a linha de estruturação que orientou este trabalho, não nos detivemos tanto na definição da Literatura Colonial, que sabemos ser — e com razão — controversa, carecendo de debate metodológico e epistemológico dado o ineditismo de trabalhos recentemente publicados sobre o assunto. Por isso mesmo, procurei fugir também ao critério meramente literário de selecção de fontes, pois que, por força de circunstâncias epistemológicas inerentes à própria natureza das fontes, recorri aos textos de naturezas etnográfica, etnológica, antropológica e, também, aos contos de tradição oral fixados em textos — tendo todos estes elementos em conjunto anunciado, explícita ou tacitamente, a configuração do «corpus» que encerra de certo modo um conjunto de valores essenciais à definição caracterológica do que, eufemisticamente, se designa Literatura Colonial. Posto isto, compreende-se então a nossa predilecção por obras e imprensa que na conjuntura colonial, independentemente do seu valor ético ou estético, revelaram-se importantes, apresentando fortes indícios de virem poder ser enquadradas no universo documental visando a elaboração duma «História Geral da Guiné-Bissau», ou, quiçá, duma «História da Colonização Portuguesa em África», obras de grande envergadura de que, em geral, carecem os países

africanos de língua oficial portuguesa. Obras houve em que deliberadamente arredei desta comunicação, não por serem mais ou menos colonial, nem porque sobre elas recai um juízo qualitativo negativo — é o caso das literaturas de guerra —, mas porque apenas revelam casos assaz particulares, orgulhosos feridos, temas e motivos literários «tabus», ou mesmo interditos, dada a eventualidade flagrante de ferir susceptibilidades ante a proibição quase religiosa de revolucionar a família, a sociedade, etc., alicerces sagrados e apnágios da «civilização».

E, o que pretendemos é proceder a uma tentativa de análise histórico-cultural da Literatura Colonial Guineense, a sua evolução diacrónica e sociológica, que desembocou nesta cumplicidade cultural híbrida de que hoje somos portadores; sendo esta cumplicidade cultural uma aquisição histórica que tem a virtude e o potencial de ajudar os novos Estados a construir um sentido de nação e, a Portugal, como ex-potência colonizadora, a encontrar um ideal da nação.

É a necessidade de incorporar estes valores que me sugeriu a realização desta comunicação, tendo para isso seleccionado obras de vulto e condicionado este trabalho a uma balização da cronológica que, grosso modo, abrange o século XX, o que de si confere a esta comunicação o cariz de uma das abordagens possíveis.

O último quartel do século XIX foi deveras decisivo para a colonização portuguesa da Guiné, pois que, a ante a resistência dos guineenses e a cobiça estrangeira, Portugal foi obrigado a acelerar os seus propósitos de colonização com a implantação compulsória da administração e criação de o mínimo de estruturas e infra-estruturas que garantissem a soberania portuguesa sobre o território. Em 1870 Portugal sai vencedor da disputa em que se viu envolvido, mediante a sentença arbitral do Presidente norte-americano, Ulisses Grant. Criaram-se então as condições para a autonomização administrativa da Guiné, até aí sob a tutela do Governo Geral de Cabo Verde. A cidade de Bolama ganha, anos depois, o estatuto de capital da Província, passando o Governo da Guiné a preocupar-se mais com as guerras de «pacificação» e consequente implantação de administração, que se estendeu mais ou menos até a segunda metade do século XX.

Dominada (?) a resistência dos africanos, temperados os desavindos, os colonos entregaram-se a tarefas mais prementes como a instalação da tipografia (1879) e a criação do primeiro periódico — «Boletim Oficial da Guiné» (1880), que, apesar de alguns pequenos hiatos, foi publicado até 1974. E

o que as agruras do clima e as guerras de pacificação não conseguiam fazer alcançava-o o anseio do tempo memorial vivido, a sombra de um passado esfumado nos longes, como atestam os primeiros jornais publicados na Guiné, «Ecos da Guiné» (1920), «A Voz da Guiné» (1922) e «Pró-Guiné» (1924). Estava-se ainda na fase em que a saudade da terra-mãe gravitava à volta dos demais temas e motivos de literatura jornalística ao mesmo tempo que a apologia do desenvolvimento colonial era também a tónica omnipresente. Vivía-se até dos rescaldos decorrentes da implantação da República, tanto mais que dois desses periódicos pioneiros, o «Voz da Guiné» e o «Pró-Guiné», se intitulavam, respectivamente, de «quinzenário republicano independente» e «órgão do Partido Republicano Democrático». Raras vezes fazia-se referência à população africana, pois, era bastante diminuta a sua presença na vida urbana das cidades coloniais, o que somente era tolerado pelos serviços domésticos que realizavam junto aos colonos. Quando se dizia entusiasticamente que «quando alcançarmos a meta das nossas mais caras aspirações, então, sim, descansamos da cruzada santa, erguendo bem alto (...) o nome de Portugal», diziam-no por exclusão de partes, pois, decerto, não pensavam na população africana, que ainda não tinha conquistado qualquer estatuto social que não o de selvagens. Se por um lado se assistia ao surgimento, ainda ténue, daquilo a que se podia chamar impropriamente de elite africana, por outro, a embrionária cristianização ainda não tinha desabrochado os seus frutos, pois o agente da administração, o soldado e o comerciante estavam todos entregues a uma vida enfadosa e desenfreada de procura de posse, a que também os missionários não foram alheios. Era isso que reflectia a imprensa da época: um ambiente em que proliferava a má-língua, onde uma multidão burocrática efusiva se projectava nos jornais, uns contra os outros, em ataques e contra-ataques: em suma, um ambiente que denotava fortemente o sentimento generalizado de degradação moral e política a que estavam sujeitos os colonos na Guiné. Daí que não se produziu literatura no sentido estrito da palavra, salvo algumas manifestações poéticas (poucas) que, mesmo assim, pouco ou nada tinham de africano. Era, pois, a fase da saudade, a saudade que os consumia porque além da inexistência de um ambiente propício ao fluxo cultural recíproco entre os europeus e africanos, dado a clivagem institucionalizada e preconceitos raciais agravadas com o ambiente das guerras de «pacificação» — o «êthos» curioso do colono foi in-

sensível no conhecimento das «balizas do mundo», do diferente e até do exótico. Nem mesmo a magnificência de cenário, de fascínio quase narcotizante, foi capaz de desespolatar manifestações literárias empapadas de exotismo como as que se produziam, por exemplo, no mesmo período em Moçambique e Angola.

Quando, em Março de 1922, o «Século» publicou uma notícia que dava conta de que um médico brasileiro provou ser capaz de mudar os indivíduos negros em brancos, a «Voz da Guiné» comentou o facto da seguinte maneira: «(...) ora lavre lá dos tentos o Senhor Oclávio, e faça rapidamente essa maravilha porque nos livra deste grande mal: a dúvida em que estamos sempre de quais serão os pretos... Mas, por favor, não os deixe com malhas» (4). De resto, é evidente a ousadia e a sem-cerimónia com que foi publicado este comentário, o que só prova a inexistência de uma elite africana esclarecida, na época, que pudesse contrariar, ou mesmo desencorajar a sua publicação. É que na Guiné da época, as condições de inserção do africano na sociedade colonial não foram de molde a que isso pudesse acontecer, à semelhança, por exemplo, do papel catalisador e precursor que teve a revista «Luz e Crença» em Angola, revista essa que impulsionou a criação da Associação Literária Angolense. Tanto assim era o ambiente de relacionamento entre portugueses e africanos que, nas primeiras décadas do nosso século não surgiu nenhum guineense que merecesse o designativo de continuador da obra do cônego guineense Marcelino Marques de Barros, figura importante do último quartel do século XIX que, em minha opinião, terá lançado os gérmenes duma identidade nacional verdadeiramente guineense, à qual está indiscernivelmente associada a sua opção de estudo do crioulo e algumas línguas nacionais. Nem mesmo o «escuro e obscuro português», como o próprio Honório Pereira se intitulava, foi tão longe em matéria de nacionalismo como foi Marcelino Marques de Barros, não obstante se deve àquele as constantes denúncias do racismo colonial, hesitante embora, dado aos cargos que desempenhou em colaboração com o sistema colonial.

Como anteriormente disse, as condições de inserção do guineense eram praticamente nulas, salvo casos muito pontuais. E, a provar isso, o artigo 2.º do Decreto n.º 16473, de 6 de Dezembro de 1922, pregava que, «para efeitos do presente estatuto são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se distinguem do comum daquela raça; e não

indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições». Como se podia ver por esta disposição legal, estavam criadas as condições jurídicas para a marginalização do guineense na sociedade da época, se considerarmos a clivagem institucionalizada entre portugueses e guineenses, entretanto estabelecida e ainda o grau de instrução destes que, também, eram quase insignificantes. Quanto a cristianização, também não prosperou significativamente. Cacheu, que antes de 1932 era o centro religioso mais importante da Guiné, tinha pouco mais de mil devotos que, mesmo assim, nunca deixaram de voltar às suas tradicionais práticas religiosas. A escola-oficina da missão de Bolama, instituição que mais produziu guineenses cultos na altura, foi fundada em 1933, quando Cacheu, até aí considerada como apanágio da designação «Roma da Guiné», perdeu o papel de primazia ante a importância religiosa que Bolama adquiriu devido essencialmente à chegada em massa de emigrantes cabo-verdianos.

Antes da chegada em massa dos primeiros emigrantes cabo-verdianos, de facto, a bifurcação entre a sociedade guineense e colonial era bastante acentuada. Foi o elemento étnico cabo-verdiano que aproximou as duas componentes sociais que coexistiam separadamente, pois o fomento e a consequente emigração de cabo-verdianos para a Guiné inaugura o período da colonização efectiva da Guiné, ao mesmo tempo que põe a nu a política oficial de Portugal Colonial que consistia em fomentar a miscigenação cultural e biológica, pensando erradamente — como mais tarde se provou — que o ambiente dela decorrente iria ao encontro dos propósitos ideológico-políticos e económicos da colonização portuguesa. Com a introdução massiva do elemento cabo-verdiano no sistema guineense, assistiu-se a uma grande transformação social, devido a «crioulização social» que favoreceu, dado a sua posição social intermédia entre os colonos e guineenses. Se por um lado o contacto entre guineenses e cabo-verdianos na Guiné foi saudável (prova isso o facto de terem percebido mais tarde que ambos eram subjugados pelo colonialismo, pelo que decidiram lutar juntos pela sua libertação), por outro, os guineenses não viam com bons olhos a identificação e, em alguns casos, colaboração que os cabo-verdianos, na verdade, prestaram ao aparelho administrativo na Guiné. Disso fizeram eco quase todos os jornais da época. Porém, hoje, que a reminiscência do passado colonial começa a se tornar menos forte do que a von-

tade dos povos em se entenderem, torna-se também importante o enquadramento cultural das contribuições de características coloniais que alguns cabo-verdianos assinaram, tendo de destacar no domínio da literatura o exímio romancista Fausto Duarte, no ensaio Juvenal Cabral (pai de Amílcar Cabral) e Fernando Pais de Figueiredo, tendo estes dois últimos sido professores primários na Guiné e tendo pugnado sempre pelo alargamento do ensino aos guineenses e pela melhoria do respectivo ensino.

Na verdade, pareceu-me que Juvenal Cabral, que falava e escrevia sempre em nome do povo africano, possuía a consciência de que os guineenses careciam duma arma importante — a instrução — para melhor exprimirem os seus anseios libertários de que comungava Juvenal Cabral, não obstante se aproximar muito do discurso tipicamente colonial a que não faltava um certo paternalismo. E porque aos guineenses a política colonial nunca permitiu o acesso em massa à cultura e à instrução, tal fenómeno explica em medida considerável as razões por que na Guiné colonial nunca existiu um movimento literário ou cultural que pudesse de algum modo constituir o embrião da literatura nacional, à semelhança do «Vamos Descobrir Angola», por exemplo. Estou em crer que o único caminho aberto aos guineenses foi o da resistência contra a colonização, o que justifica em parte a razão por que a chamada «pacificação» se prolongou mais na Guiné do que nas outras colónias portuguesas⁽⁶⁾.

Já disse anteriormente que as condições nas duas primeiras décadas não eram propícias ao florescimento literário, pelo que se exceptuarmos a actividade jornalística que esporadicamente publicava alguns poemas saudosista-coloniais, que sabemos, não foi publicada outra obra literária-colonial que não a de Maria Archer e Fernanda de Castro. Aquela, sequiosa de exotismo tropical, canta prodigiosamente nos seus poemas os mistérios do sertão e estabelece sempre os contrastes entre Portugal e a Guiné. Em qualquer dos casos, Maria Archer apresenta-se-nos como a primeira literata-colonial, e o seu poema «Desejo mórbido» data de 1918.

Foi na verdade a Fernanda de Castro que, deliberadamente ou não, depois de duas estadas mais ou menos prolongadas na Guiné, quem produziu as primeiras obras que, sem hesitação, consideramos de Literatura Colonial, pois possuem a particularidade de evidenciar as atitudes do Estado Novo perante as colónias⁽⁷⁾. Creio mesmo que a pro-

dução literária-colonial de Fernanda de Castro, autora que tivemos oportunidade de entrevistar ⁽⁸⁾, inaugurou — do ponto de vista historicista — um período novo dado a introdução não só de um discurso literário novo como, também, devido às transformações sociais e sociológicas que se operam na Guiné e de que a sua produção literária-colonial são o prenúncio, o testemunho e o reflexo. Porém, não é apenas o exotismo, o paternalismo e o desconhecimento do «outro» civilizacional que faz da produção literária-colonial de Fernanda de Castro uma peça-chave para compreender as metamorfoses da política oficial de que, também comungava Fernanda de Castro ⁽⁹⁾. É, por assim dizer, a idiossincrasia com que encarou a sua produção literária-colonial, o que a forçou nas edições seguintes a alterações conteudísticas de forma a se equidistar da política oficial do Estado Novo que, paradoxalmente, apregoava a multirracialidade. O racismo colonial, hábil, tinha também uma actuação e respectiva teorização correspondente. No artigo de que já fizemos referência (artigo sobre a visão do negro na Literatura Colonial de Fernanda de Castro) mostrámos através dum estudo comparativo de diferentes edições de «Mariazinha em África», de Fernanda de Castro, que ela procedeu a uma suavização gradualmente atenuativa da visão colonialista do negro, ou seja, da carga conceptual e preconceituosa pejorativas. Já escrevemos algures que o livro de Fernanda de Castro «Mariazinha em África» constitui um verdadeiro «best-seller» relativamente à produção literária-colonial em geral. Com mais de uma dezena de edições, que percorreram gerações, Fernanda de Castro vangloria-se quando diz que este livro está certamente entre os livros mais vendidos em Portugal. Ora, se por um lado o facto se deveu à capacidade de Fernanda de Castro enquanto escritora, não é menos verdade que, por ter sido mulher de António Ferro, tal facto permitiu-lhe intervenções públicas de particular interesse.

Outra importância que ressalta da leitura da produção literária-colonial de Fernanda de Castro é o facto de serem, em termos de intriga textual, factos vividos arrancados à vida real e a que não falta um certo teor autobiográfico, que derrapa, «não poucas vezes, em construções artificiais, empapadas de elementos misteriosos, onde os nomes e as designações geográficas — mesmo que verdadeiras — apenas figuram como criadores de uma atmosfera exótica» ⁽¹⁰⁾.

Para fecharmos este capítulo, registre-se que os três jornais que foram os primeiros da Guiné, além de possuírem as características que já anunciei, têm de comum o facto de

todos eles terem sido deveras efémeros, não indo a sua publicação para além dos seis meses.

O hiato estender-se-á até 1931, altura em que surge o primeiro jornal editado por um guineense. Trata-se de Armando António Pereira (pai da actual Presidente da Assembleia Nacional, a Carmen Pereira), que até ao momento reside em Bissau. E o periódico em causa, «O Comércio da Guiné» representa não só os interesses comerciais da colónia como também atribui uma grande importância aos aspectos culturais em geral e aos literários em particular. Entre a altura que se publicou os três primeiros jornais na Guiné e o aparecimento do «Comércio da Guiné», não se registou qualquer publicação, quer de índole jornalística, quer de índole literária. O «Comércio da Guiné» aparece como o corolário duma situação ambiental e social de menos tensão racial decorrente de graves problemas que a rebelião guineense provocava e que absorvia quase que totalmente toda a acção da governação colonial. Como se pode facilmente depreender, a política colonial na Guiné, menos preocupada com questões ligadas à «pacificação», tem unicamente a orientá-la as exigências da nacionalização da colónia e do estabelecimento das condições indispensáveis ao florescimento do comércio colonial. Em termos da chamada política indígena, passa-se para uma fase a que chamaríamos assimilacionismo, pois que começou-se a vislumbrar na política colonial guineense a tendência para a aproximação de alguns guineenses com fins previamente visados. Rapidamente Bissau ganha importância como porto de óptima navegação, e dela resulta o grande movimento comercial no seu interior, donde o reassumir da sua importância em relação a Bolama. É assim que, por decreto-lei a sede da comarca da Guiné foi transferida, em 29 de Setembro de 1933, da cidade de Bolama para a cidade de Bissau. Foi neste contexto que o «O Comércio da Guiné» surgiu em Bissau, em 1931, sendo dirigido por Armando António Pereira, talvez um dos únicos guineenses com formação superior na altura. Sobre ele Mário de Andrade tem entre mãos e em preparação um estudo, para o qual já o entrevistou. Todavia, convém que se diga, «O Comércio da Guiné», não se afastou muito do discurso colonial, apesar de se ter assumido vagamente como defensor dos interesses dos guineenses. Como quer que seja, torna-se imperativo entrevistar o seu primeiro director, enquanto ainda há tempo...

Quanto ao facto de «O Comércio da Guiné» ter aparecido em Bissau e não em Bolama — na altura ainda capital da

Guiné, localidade onde até hoje se encontra instalada a Imprensa Nacional —, prende-se com a atitude apologética daqueles que defendiam a cidade de Bissau como a capital comercial da colónia, outorgando a Bolama a centralização política e administrativa.

Como atrás disse, «O Comércio da Guiné» dedicou-se à publicação de alguma produção poética que, também, pouco ou nada tinha a ver com a Guiné. No domínio do ensaio destacou-se o Fausto Duarte, que também era repórter, cronista desportivo e colonista. Nomes como o de Juvenal Cabral, Alberto Gomes Pimentel e Álvaro Coelho de Mendonça, figuram como autores de muitos artigos com algum interesse de estudo, obviamente, na perspectiva da literatura guineense.

Embora se intitulando de «órgão dos interesses da colónia», «O Comércio da Guiné» transcendeu largamente os objectivos primeiros para os quais foi fundado. Foi nele que Fausto Duarte começou a delinear o seu talento de escritor colonial para mais tarde se transformar, em minha opinião, no melhor e mais esclarecido literado-colonial guineense. Por ocasião da primeira Exposição Colonial de Paris, na qual participou, «O Comércio da Guiné» dedicou um número especial ao evento, donde se destacou a etnografia guineense, aspectos tradicionais da cultura guineense, e um artigo intitulado «Literatura Colonial», não assinado, que supomos ser da autoria de Fausto Duarte. Este artigo representa por parte deste autor uma consciência profunda dos aspectos teóricos e deficionais da Literatura Colonial, além de demonstrar que a década de 30 ia inaugurar, para o caso guineense, um período em que a Literatura Colonial, influenciada pelos literatos coloniais franceses, estava aos poucos relegando para segundo plano a faceta «eivada de idealismos, de conceitos morais e doutrinas utilitárias para se interessar pelo folclore africano de um ineditismo que nos empolga (...)» (11).

Porém, infelizmente, «O Comércio da Guiné» não sobreviveu para além dos seis meses, como tinha acontecido aos primeiros periódicos da Guiné, publicados todos na década de 20. Apesar disso, já o disse, «O Comércio da Guiné», fundado em 1930, inaugura a década em que a produção literária-colonial atingiu o seu auge, tanto em termos quantitativos como éticos e estéticos.

Em 1931, Afonso Correia publica o livro intitulado «Bacomé Sambú» (12), fortemente paternalista e exótico. Trata-se de um misto de ficção, romance e etnografia sobre os

Nalús, tribo que habita o Sul da Guiné. Bacomé Sambú, um Nalú a quem o administrador apadrinhara e «acarinhava longamente a sua timidez, a sua inocência, encaminhando-se na vida, ensinando-a a língua portuguesa com uma paciência que tinha algo de evangélica». Desse extracto sobressai imediatamente o paternalismo feroz que é o produto duma mentalidade estigmatizada verdadeiramente colonial. Bacomé Sambú não é um preto mas sim um pretito, isto é duplamente diminuído, donde a necessidade de apadrinhamento da sua raça pelos colonos. Por isso, a dado passo do livro escreveu: «Bacomé estava já a caminho amplo das leis dos brancos, aprendendo com eles a raciocinar sobre a vida e encontrando-se à sua protecção do assimilacionismo colonial e, Afonso Correia amiúde, punha na boca das personagens guineenses uma autoconvicção (?) da sua inferioridade nata em relação aos brancos. A par disso, associa o seu conceito ocidental de miséria e felicidade as análises que efectua sem qualquer relativismo cultural, de resto, muito comum na literatura colonial da altura. Ao mato associa imaginariamente o perigo, o negro — a cor do guineense —, o leão, o macaco, o exotismo, o medo e o tédio. De qualquer forma, Afonso Correia apresentava sinais de um certo enraizamento africano pois, se por um lado apontava as maleitas do mato, por outro reconhecia que era ali o cadinho onde se depuram as almas agrestes e onde se forma o carácter, no contacto exclusivo com a natureza» (14). Quanto ao conhecimento da alma africana, o livro «Bacomá Sambú» refere-se aos conceitos estereotipados com que a literatura colonial dos primeiros tempos caracterizava o africano. São eles a indolência, os excessos (o sexo, a gula e a extravagância), a sua «infantilidade», que rogava que o negro é uma grande criança e a sofreguidão que atribuía ao negro uma preguiça patológica e a adjectivação de bêbados incorrigíveis. E o facto de esta obra ser profundamente paternalista prova-o o facto de Afonso Correia ter escrito que «os indígenas dançam como crianças, cantam como impúberes, ameigam-se como inocentes... é a nossa bondade que nos impulsiona a que vejamos o indígena como crianças, no campo das responsabilidades» (15). De resto, é um livro tão enfadonho que, como opinou «O Comércio da Guiné», serve-se dum enredo fantasiado em que aparece a paisagem matizada de cacine e a descrição dos usos e costumes pitorescos dos nalús. As observações ligeiras que enfeitam todo o motivo estampam-se numa prosa escorregada, e despreocupada» (16).

Quanto às actividades de imprensa, a década de 30 foi mesmo assim pouco fértil. Ao «Comércio da Guiné» sucederam três outros jornais, todos eles de n.º único e sem qualquer importância que concerne a Literatura Colonial. Foram eles, respectivamente, o «15 de Agosto» (1932), «Sport Lisboa e Bolama» (1938) e «A Guiné Agradecida» (1939).

Porém, constatações que foram a instabilidade da Imprensa na Guiné, Fausto Duarte decide enveredar profundamente pela via da Literatura Colonial, motivo literário para o qual já teria manifestado interesse no número especial do «O Comércio da Guiné», por ocasião da Exposição Colonial de Paris. De igual modo, o colaborador influente do «O Comércio da Guiné», António Cértima abandona Bolama para em Dacar, como cônsul português, escrever lindos poemas e prosas de inspiração guineosenegalesa com algum interesse de estudo. Mas foi Fausto Duarte que, depois de ter chegado à Guiné, em 1928, revela, em 1934, com o livro «Auá», uma Guiné diferente daquela que até aí a Literatura Colonial anterior tinha pintado. As suas funções de agrimensor permitiam-lhe rapidamente um contacto assíduo com as populações guineenses, pelo que ele partiu, antes de mais, da identificação cultural do povo guineense para encetar uma obra romanesca que revelou singularmente o conhecimento das componentes sociocultural e linguística, assim como a sua articulação entre si. Tal facto, originou por parte de Benjamim Pinto Bull uma atitude intelectual em que, com hesitação, coloca Fausto Duarte entre os primeiros, senão mesmo o primeiro, a lançar as raízes de uma identidade nacional⁽¹⁷⁾. Não obstante congratular-me em parte com Benjamim Bull, restam-me as naturais reservas que um estudo mais aturado da produção literária-colonial de Fausto sugeriu. Fausto Duarte apostou estranhadamente na descrição romanesca do confronto civilizacional decorrente da colonização, o que faz dos livros de Fausto Duarte obras em que o conflito cultural é omnipresente. Em «Auá», onde Fausto Duarte terá sido mais feliz, descortina-se um paternalismo tímido no estudo dos valores culturais guineenses. Benjamim Bull atribui isso à vigilância da PIDE⁽¹⁸⁾. Todavia, estou em crer que a atitude de Fausto Duarte não se deve unicamente ao poder alusivo da política mas também das condições ambientais da época em termos da visão do negro. Ora, não esqueçamos que Fausto Duarte era mestiço — elemento rácico que não era totalmente aceite nem por negros, nem por brancos, na generalidade das ex-colónias portuguesas em África. A provar isso está o seu

livro «Foram Estes os Vencidos», obra que reforça o seu paternalismo relativamente ao negro, não obstante anunciar explícita e implicitamente, a vontade apontada para um maior desprendimento preconceitual em relação ao negro e visão que dele se tinha na altura.

Por ocasião da primeira exposição colonial portuguesa realizada nesta cidade em 1934, Fausto Duarte foi prelector do seguinte tema: «Da Literatura Colonial e da Morna de Cabo Verde». Vislumbra-se neste casamento temático, de alguma forma ligado por elos culturais, a tentativa de Fausto Duarte em demonstrar que a Literatura Colonial e a morna eram ambas de mesma raiz cultural — a portugalidade dos trópicos. Não vou aqui problematizar a fundamentação desta suposição que não creio descabida, mas sim, demonstrar que Fausto Duarte era uma figura de personalidade cultural híbrida a ponto de, não obstante o seu nível de identificação cultural guineense não estar bem posicionado para lançar as raízes numa identidade nacional. Não há dúvidas de que a produção literária-colonial de Fausto Duarte, para o contexto colonial guineense, foi revolucionária pois, de facto, Fausto Duarte tinha a consciência da africanidade que se lhe pode assacar sem reservas ao mesmo tempo que um poder de observação sociológica extraordinária de cujas obras são o espelho. Vejamos o que ele pensa da Literatura Colonial: (...) «não se faz psicologia; descreveu-se apenas a floresta virgem, as cruéis fadigas da jornada, à medida que se confundia com a linha do horizonte. Os indígenas eram tão somente animais de uma outra espécie, sem sensibilidade para amar, sem inteligência para compreender... depois procurou-se o horrível e o extraordinário. Surgem romances de aventuras que nos pintam o negro como o maior inimigo da selva, em constantes hostilidades. E a mulher indígena paga-se ante os preconceitos aristocráticos. O amor entre eles tem apenas uma finalidade objectiva. Falta a justeza da expressão nessas literaturas incipientes. Adeja sobre África uma incompreensível fatalidade (...), é necessário antes o contacto directo com a sua mentalidade, perguntar-lhe a vida e compreender-lhe as supertições» (20). Na realidade, são estas características as principais virtudes de Fausto Duarte, embora tenha em «O Negro Sem Alma» derramado muitas vezes em considerações que denotam esporadicamente uma mentalidade típica, simultaneamente com uma outra em que subjaz em parte a consciência da identificação cultural guineense: «as tribos não se diferenciam; a folia une-as no mesmo apetite, no desejo insatisfeito de viverem

a mesma emoção» (21). Aliás, em «O Negro Sem Alma» persiste o conflito cultural entre duas civilizações diferentes e, Fausto Duarte aponta as vantagens e desvantagens da aculturação recíproca de cuja moral da história, paternalista, Fausto Duarte julga ser dever dos portugueses elevar a moral e o nível económico dos guineenses.

Em 1945, Fausto Duarte fecha o ciclo da sua produção literária colonial guineense com o livro intitulado «A Revolta». Mais de que um romance, esta obra é um documento histórico utilíssimo para a História Cultural e das mentalidades subjacentes à guerra de «pacificação» levada a cabo na Guiné, pois, à semelhança das restantes, privilegia o confronto cultural, desta vez não só entre brancos, cabo-verdianos e guineenses, mas fundamentalmente entre as tribos guineenses entre si. De resto, além da colaboração de literatura que aponta para a identidade nacional guineense, Fausto Duarte tem o mérito de ter registado, paralelamente a uma literatura de choque cultural e civilizacionais, também uma outra literatura de denúncia e apelo à justiça e compreensão raciais.

Em 1935, Landerset Simões publica «A Babel Negra» que é uma espécie de antologia etnográfica das diferentes tribos guineenses. Trata-se, em nossa opinião, de um dos estudos etno-antropológicos mais cientificamente elaborados sobre a Guiné. Além de Landerset Simões procurar as origens remotas das tribos guineenses, que em alguns casos remontam da Oceânia, pela primeira vez um autor colonial se debruçou sobre a arte guineense, com especial destaque para a Bijagó e Nalú.

Um ano depois, mais exactamente em 1936, João Augusto Silva publicou o «África — da Vida e do Amor na Selva», que obteve o primeiro Prémio da Literatura Colonial. Trata-se de um autor que nasceu em Brava, Cabo Verde, mas que — diz ele — «necessitava para vazante de qualquer coisa diferente, de outros ambientes e de novos mundos» (22). A parte da produção literária de Fausto Duarte, o «África» de Augusto Silva surge como uma das obras que mais intensivamente penetrou a cultura e a psicologia guineense. Por outro lado, esta obra de João Augusto Silva revela-se como um importante testemunho vivo das vicissitudes que a implantação da colonização efectiva e respectiva administração experimentou na Guiné. Diz ele — e com razão — que a «colonização é feita pelas desvairadas gentes, desde os revolucionários profissionais e bandidos políticos que para ali foram pacatamente gozar as recompensas que os

seus grupos lhes concederam, até àquelas generosas e boas, que procuram em África o esquecimento das misérias terrenas (...), deste forçado entrechocar de educações e sensibilidades nasce uma sociedade odiosa, onde, quase sempre, triunfam aqueles que deviam ser postos à margem dela, pelos seus crimes, suas vilanias e sua desprezível moral (...) e só vivem para explorar o negro, maltratá-lo quando toda a prática nos mostra que os portugueses dos séculos de quinhentos e seiscentos, se alguma coisa fizeram (...) foi isso, mais que à força das armas, à custa duma política de sábia infiltração diplomática» (23). Sei que João Augusto Silva encontra-se actualmente em Lisboa, pelo que havemos de tentar entrevistá-lo, se for possível.

Entretanto, a Segunda Grande Guerra estala-se na Europa e repercute-se fortemente na produção literária-colonial e jornalística da Guiné, a ponto de paralisar qualquer actividade editorial, exceptuando as publicações oficiais de onde se destaca o «Boletim Oficial da Guiné». É o «Arauto» que quebra este silêncio em 1943 quando as autoridades religiosas sentiram que a sua actividade missionária carecia de um jornal de divulgação, dado o crescimento da população católica guineense. Aliás, em 1940 esse crescimento era assinalado quando pela bula «Solemnibus Conventionibus» foi o território da Guiné separado da Diocese de Cabo-Verde e erecto em Missão «sui juris». Era o período em que a política de assimilação estava a sortir os primeiros efeitos a par do refreamento da resistência guineense, o que permitiu que o «Arauto» fosse publicado com a periodicidade possível até 1968. Foi em certa medida um jornal com algum interesse cultural do qual se destacam os artigos de opinião assinados por Fausto Duarte, Juvenal Cabral, o guineense Caetano Filomeno Sá, entre outros.

Como disse anteriormente, a década de 40 foi em geral de relativa acalmia social que se traduziu, por sua vez, num reforço do sistema administrativo colonial, cujo corolário foi a realização do Congresso da Guiné, na Sociedade de Geografia, em 1944. Em 1945 Sarmiento Rodrigues tomou posse como governador da Guiné e funda o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa do qual sai o «Boletim Cultural da Guiné», que viria a congregar um maior número de estudiosos da Guiné, ao mesmo tempo que desenvolvem alguma actividade literária. Teixeira da Mota foi sem dúvida, pela sua capacidade, polivalente e interdisciplinar, aquele que mais se evidenciou à volta do «Boletim Cultural». Nomes como o de António Carreira e James Walter figuram, também, entre

os que deram um impulso decisivo àquilo que chamo «geração do Boletim Cultural».

Porém, foi em 1956 que surgiu o «Bolamense», sem dúvida, o jornal guineense de maior impacto cultural e literário. Nele foram publicados muitos poemas que cantam com saudosismo os tempos difíceis em que Bolama, a velha cidade era a capital da Guiné. Dos poemas publicados vislumbra-se uma poética um tanto ou quanto apolítica, ou, se quisermos, mesmo, pitoresca e turística. Era de resto um jornal que pugnava pela História da Guiné — entenda-se História colonial —, ao mesmo tempo que procurava legitimar a colonização portuguesa ante o movimento libertário que, embrionariamente ia dando os primeiros passos (recorde-se que a fundação do «Bolamense» e do PAIGC foi quase simultânea, em 1956).

Eis chegado o momento de fecharmos esta modesta comunicação sobre a Literatura Colonial Guineense. Porém, antes gostaria de salientar, em jeito de conclusão, dois aspectos que me parecem importantes: a Literatura Colonial Guineense é rica e imensa, havendo umas de boa e outras de má qualidade, enquanto obras literárias, não obstante a generalidade apresentar em termos de conteúdo a virtude de terem percebido os valores culturais guineenses, obviamente, em níveis diferentes: a despeito de toda a carga preconceituosa e racista que deixam transparecer. Todavia, é compreendendo os escritores coloniais que, na luta contra os colonizadores defendiam as suas vantagens e por isso eram aliciados a identificarem-se com os interesses dominantes, de que, aliás, eram também vítimas — o que por sua vez torna-os tão paternalistas ou avessos ao conhecimento da cultura dos africanos. E, porque aspectos positivos há a extrair da Literatura Colonial, interessa — como dizia Amílcar Cabral aproveitar os aspectos positivos decorrentes da colonização, não só enriquecermos a descolonização literária em curso mas para enquadrarmos sem complexos a componente cultural que se cimentou indelevelmente nas nossas culturas nacionais. E porque também no arraial, de quisílias, de lutas, de agravos e de misérias que constitui a História política da Guiné-Bissau, orgulhosa da sua luta de libertação nacional, importa afastar derrotismos que de alguma forma possam gerar uma crise cultural de consciência e identidade, torna-se necessária a inclusão da Literatura Colonial no conjunto temático preferencial de estudo, a par de outros que se afiguram importantes. Isto porque, passados quinze anos do fecho do ciclo colonial,

Portugal e os novos Estados Africanos de língua oficial portuguesa não são meros co-herdeiros da mesma tradição cultural — a colonial. São, creio bem, portadores da mesma missão que é, respectivamente, a criação de um ideal da nação e a da construção da nação.

(¹) Fernanda de castro foi mulher de António Ferro, que em parte valeu-lhe importantes intervenções políticas no Estado Novo. Foi escritora colonial, tendo publicado algumas obras sobre a Guiné. A saber «Mariazinha em África» (1925); «O Veneno do Sol» (1928); «Aventuras de Mariazinha em África» (1929); «Exílio» (1952) e «África Raiz» (1966).

(²) «Angolé — Artes e Letras», n.º 11 Out/Dez. p. 6 e 7.

(³) «A Voz da Guiné» (1922), n.º 6 p. 1

(⁴) «A Voz da Guiné», Op. Cit. n.º 3, p. 1

(⁵) «Angolé...», Op. Cit. — Vide artigo «A visão do Negro na Literatura Colonial» de Leopoldo Amado.

(⁷) «Angolé...», Op. Cit., idem.

(⁸) Para quem, eventualmente se interessar pela entrevista que realizei com Fernanda de Castro, informo que o «Angolé» espera publicá-lo oportunamente.

(⁹) Vide entrevista de Fernanda de Castro ao «Expresso» R. de 24-5-86.

(¹⁰) «Angolé — Artes e Letras, Op. Cit., p. 7

(¹¹) «O Comércio da Guiné» (1930-1931), n.º especial por ocasião da 1.ª Exposição Colonial de Paris.

(¹²) Afonso Correia, «Bacomé Sambú», Nunes de Carvalho, 1931.

(¹³) Afonso Correia, Op. Cit., p. 21

(¹⁴) Ibd., p. 29.

(¹⁵) Id., p. 122

(¹⁶) «O Comércio da Guiné», Op. Cit. n.º 24 p.

(17) Benjamim Pinto Bull, «A Recherche de L'identite Guineense?» Fondation Calouste Gulbenkian (Cent Culturel Portugais), Paris, 1975.

(18) Benjamim Pinto Bull, Op. Cit., p. 323

(19) Fausto Duarte, «Da Literatura Colonial e Da Morna de Cabo Verde», edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934.

(20) Fausto Duarte, Op. Cit., Passim.

(21) Fausto Duarte, «O Negro sem Alma», A. M. Teixeira C.ª (filho), 1931, p. 216.

(22) João Augusto Silva, «África da Vida e do Amor na Selva», Livraria Popular Francisco Franco, Lisboa, 1936, pp. 17-18.

(23) João Augusto Silva, Ibd., ip. 27-28.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO CORREIA, «Bacomé Sambú», Nunes de carvalho, 1931.

AMÂNDIO CÉSAR, «Antologia do Conto Ultramarino», Editorial Verbo, s.d.

ANTÓNIO DOS MÁRTIRES LOPES, A Questão de Bolama (Pendência entre Portugal e Inglaterra), Agência Geral do Ultramar, 1970.

BENJAMIM PINTO BULL, «A La Recherche de L'identite Guineenne?», Fondation Calouste Gulbenkian (Centre de Culture Portugais), Paris, 1985.

CARLOS ERVEDOSA, «Roteiro da Literatura Angolana», União dos Escritores Angolanos, 2.ª edição, 1979.

FAUSTO DUARTE, «Auá», Livraria Clássica Editora, 1934.

FAUSTO DUARTE, «A Revolta», Livraria Latina, 1945.

FAUSTO DUARTE, «Foram Estes Os Vencidos», Inquérito, 1945.

FAUSTO DUARTE, «O Negro Sem Alma», Livraria Clássica Editora, 1935. «Da Literatura Colonial e da Morna de Cabo Verde», edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

FERNANDA DE CASTRO, «Mariazinha em África», Empresa Literária Fluminense, 1925.

FERNANDA DE CASTRO, «O Veneno do Sol», Tip. do Anuário Comercial, 1928.

FERNANDA DE CASTRO, «Aventuras de Mariazinha em África», 1929.

FERNANDA DE CASTRO, «Exílio», 1952.

FERNANDA DE CASTRO, «África Raiz», Tip. A. Cândido Guerreiro, 1966.

GERALD MOSER/MANUEL FERREIRA, «Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa», Imprensa Nacional-Casa, 1983.

LEOPOLDO AMADO, In «Angolé — Artes Letras», n.º 11 Out./Dez., 1988.

SALVADO TRIGO, «Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa», Brasília Editora, 1977.

SALVADO TRIGO, «A Poética da Geração da Mensagem», Brasília Editora, 1979.

SALVADO TRIGO, «Ensaio da Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira», Vaga/Universidade, 1986.

PERIÓDICOS:

- «A Guiné Agradecida», Imprensa Nacional da Guiné, 1939
- «Angolê — Artes e Letras», publicação trimestral do Departamento Cultural da Embaixada da república Popular de Angola
- «Arauto», Paróquia Missionária de Bolama, 1943-68
- «A Voz da Guiné», 1922
- «Bolamense», jornal mensário da cidade de Bolama, 1956-72
- «Boletim Cultural da Guiné», Imprensa Nacional da Guiné, 1946-1950
- «Boletim Oficial da Guiné» Imprensa Nacional da Guiné, 1896-1974
- «Ecos da Guiné», 1920
- «O Comércio da Guiné», Bissau, 1930-1931
- «Pró-Guiné», 1924
- «15 de Agosto», n.º único, 1933
- «Sport Lisboa e Bolama», 1938